

Baixa escolaridade e baixa valorização da educação contribuem para o aumento da criminalidade, dizem especialistas

Da esquerda para a direita: o especialista em Direito do Consumidor, Ricardo Morishita Wada, o economista Sérgio Bessermann, professora da Universidade da Antuérpia, Suncica Vujic, e o presidente da FenSeg, Paulo Marraccini

A relação inversamente proporcional entre educação e violência foi demonstrada pela professora da Universidade da Antuérpia, Suncica Vujic, que apresentou um estudo realizado após mudanças no ensino no Reino Unido. Em 1973, a idade para que um jovem inglês deixasse a escola passou de 15 anos para 16 anos, o que, segundo o estudo já trouxe benefícios do ponto de vista de criminalidade. “Um ano a mais na escola e os índices de criminalidade, ligados a danos ao patrimônio, chegam a cair 2%, o que demonstra a relação relevante e inversamente proporcional de educação e criminalidade”, diz Suncica, ponderando que outros fatores econômicos também pesam, entre eles renda, desemprego, além da impunidade associada a alguns crimes. “É um tema complexo, mas ocupar os jovens na escola ou mesmo trabalhando, na fase adulta, tem reflexos diretos na queda da criminalidade.”

A dificuldade em levantar dados confiáveis sobre violência no Brasil foi destacado pelo economista Sérgio Bessermann, da PUC do Rio. “No Brasil, quando olhamos dados de homicídios por estado não conseguimos comparar porque em cada lugar as autoridades tratam de forma diferente, sem padrão”, explica o professor. Bessermann também lembrou outro aspecto ruim, falando de educação, que é a baixa qualidade, não apenas no ensino público do país, mas também no privado. “Nossa elite, do ponto de vista de educação formal, é pior do que a elite da Austrália e da Suécia, por exemplo. Infelizmente, não se dá o real valor ao conhecimento em nenhuma das classes sociais”, diz, reforçando que impunidade e baixa educação estão associadas às taxas elevadas de criminalidade. “No Brasil, 94% dos homicídios nunca serão esclarecidos, o que é um tremendo estímulo.” Para o economista, todos os fatores estão associados: maior educação amplia a

consciência da pessoa e amplia a aversão ao risco, já que ela tem perspectiva de vida.

Para o especialista em Direito do Consumidor e diretor do [Instituto Brasiliense de Direito Público](#) (IDP), Ricardo Morishita Wada, a correlação entre violência e educação é gritante no Brasil, com reflexos em toda a cadeia econômica, incluindo seguros. “O brasileiro tem uma percepção de risco baixa, não consegue avaliar os riscos envolvidos no dia a dia como consumidor”, explica Morishita, citando o produto Garantia Estendida, bastante relevante para o mercado segurador, mas ainda menor do que seu potencial. “Em um país em que temos 100 milhões de processos na Justiça, alguns movidos por consumidores que tentam trocar celulares de R\$ 1 mil com defeito, o produto teria tudo para ser mais relevante ainda”, diz o executivo, lembrando contudo que é preciso melhorar a venda do produto. “Sem falar que, na média, cada processo custa para o estado R\$ 1,7 mil, ou seja, não tem qualquer sentido a ação, mas para reduzir isto teria de haver punição mais firme para os fabricantes que descumprem o Código de Defesa do Consumidor.”

Morishita também destacou em sua participação no Painel “Correlação entre Educação, Violência e Aversão ao Risco” que o mercado segurador precisa melhorar a forma de vender seguros, mas tomando cuidados para não ferir as regras. “Não podemos apresentar dados de sinistros em campanhas publicitárias, porque seria abusivo, podendo induzir ao medo, mas podemos e devemos apresentar os dados na hora da venda”, diz.

[Leia aqui a íntegra do artigo da professora Suncica Vujic](#)

Fonte: [CNseg](#), em 16.09.2015.